



PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO
PAULO COGEAE

PÓS GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO INCLUSIVA E
DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

**SUPERANDO A LÓGICA DA SEGREGAÇÃO:
O Papel do Professor na Educação Inclusiva**

NATIELI DA SILVA CELESTINO

São Paulo – SP

2020

NATIELI DA SILVA CELESTINO

**SUPERANDO A LÓGICA DA SEGREGAÇÃO :
O Papel do Professor na Educação Inclusiva**

Monografia apresentada ao Curso Pós Graduação em Educação Inclusiva e Deficiência Intelectual, da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - COGEAE, como pré-requisito para a obtenção do título de Especialista em Educação Inclusiva e Deficiência Intelectual, orientada pela Professora Doutora Darcy Raiça.

São Paulo – SP

2020

AVALIAÇÃO:.....

ASSINATURA DO ORIENTADOR:.....

Dedico este trabalho aos acreditam no poder transformador da educação, que acreditam em sua prática e a produzem em seu cotidiano. Mudam-se os contextos, permanecem as convicções.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que me apoiaram durante os últimos meses, que foram longos, por vezes, isolados devido a todo o contexto pandêmico que passamos em 2020, mas que mantiveram o contato. Somente assim mantive a minha disposição a prosseguir com esse trabalho.

À minha família, que foi compreensiva com a minha ausência durante as visitas familiares, apoiando esse momento para que eu chegasse à conclusão desse trabalho, e ao meu querido amor que me emprestou sua casa, seu tempo e ouvidos, que me deu espaço suficiente para que eu completasse mais uma jornada.

Agradeço todo o tempo que passei com meu colegas e professores da pós-graduação em Educação Inclusiva e Deficiência Intelectual, que compartilharam suas experiências e conhecimentos, tornando este espaço cada vez mais acolhedor e inclusivo, e que mantiveram o compromisso e a qualidade até o final, apesar da distância.

Agradeço à minha orientadora, Professora Doutora Darcy Raiça que me orientou durante todos esses meses, tendo sensibilidade sobre os meus erros e me incentivando a não deixar de escrever, a colocar as ideias no papel e então repensar a escrita. Com ela não tive medo de errar.

Por fim, agradeço à todos que passaram pela minha trajetória como professora e estudante, pelos ótimos profissionais que tive contato, que me inspiram e que defendem a educação, seja na educação do campo ou da cidade. Todos têm o direito à educação de qualidade, de uma escola que seja para todos.

CELESTINO, Natieli da Silva. **Superando a Lógica da Segregação: O Papel do Professor na Educação Inclusiva**. 2020. p. 56. Monografia (Pós Graduação em Educação Inclusiva e Deficiência Intelectual) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2020.

RESUMO

O tema da pesquisa está centrado na relevância da discussão sobre a inclusão escolar, partindo do início da luta pelos direitos dos deficientes atrelado ao processo de redemocratização brasileira. A trajetória desse trabalho perpassa pelos aspectos históricos e legais que remetem às conquistas para a educação brasileira em seus aspectos gerais e que geraram a massificação das escolas, junto com a trajetória da educação dos deficientes discutida fora do contexto terapêutico e segregado, ocupando seu espaço dentro das escolas e salas de aula regulares. Partindo desse contexto como base e justificativa de todo esse trabalho, a educação inclusiva é a perspectiva de educação presente em nossos documentos educacionais atuais que nossos sistemas de ensino, escolas e professores devem conhecer, se apropriar, seguir e efetivar em sua prática escolar. Para assumir tal desafio na construção de uma escola inclusiva, a equipe escolar deve entender que esse compromisso é de todos desde o Projeto Político Pedagógico da escola até a sua execução em um plano de ação que atenda a todos. Já o professor deve reconhecer que possui um papel importante e insubstituível no processo de inclusão escolar, e que ele deve se preparar continuamente, da formação inicial à continuada, tendo acesso e se apropriando dos recursos e práticas necessárias para a inclusão. Para chegar a resultados positivos de inclusão, muitas barreiras e desafios surgirão em meio ao caminho, porém é necessário ter clareza teórica e respaldo em outras práticas inclusivas que podem subsidiar esse trabalho. Daí a importância das redes de socialização de práticas inclusivas, pois com elas podemos reconhecer os benefícios da discussão da educação inclusiva no contexto educacional brasileiro e internacional.

Palavras-chave: Inclusão; Educação Inclusiva; Barreiras e desafios; Formação de Professores; Educação para Todos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Logo do <i>site</i> DIVERSA.....	39
Figura 2 – Logo do Instituto Rodrigo Mendes.....	39
Figura 3 – Logo do Instituto Itard.....	42
Figura 4 – Logo do <i>site</i> Assistiva – Tecnologia e Educação.....	43
Figura 5 – Exemplos de materiais e recursos acessíveis utilizados pela equipe Assistiva.....	44

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais (total).....	15
Tabela 2 – Taxa de escolarização.....	16
Tabela 3 – Matrículas de Alunos com Deficiência em Sala Regular da Educação Básica com ou sem Sala de Recursos.....	18

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
LDBEN	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
LDB	Lei de Diretrizes e Bases
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
CNE	Conselho Nacional de Educação
CEB	Conselho de Educação Básica
Libras	Língua Brasileira de Sinais
AEE	Atendimento Educacional Especializado
OMS	Organização Mundial da Saúde
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
TA	Tecnologia Assistiva
USP	Universidade de São Paulo
Seesp	Secretaria de Educação Especial
MEC	Ministério de Educação e Cultura
PPP	Projeto Político Pedagógico
CP	Conselho Pleno
Unesp	Universidade Estadual Paulista
IRM	Instituto Rodrigo Mendes
Unicef	Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância
PcD	Pessoa com Deficiência
Apae	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. REDEMOCRATIZAÇÃO E A IMPLICAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA GARANTIA DA EDUCAÇÃO PARA TODOS.....	13
1.1 Os Avanços Legais na Educação Inclusiva.....	17
2. OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – RECONHECENDO AS BARREIRAS NA EDUCAÇÃO PARA TODOS.....	22
2.1 O Potencial de Escolas e Redes de Ensino Inclusivo.....	28
3. A INCLUSÃO NA 'PRÁTICA! REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES.....	32
3.1 Por onde começar? Conhecendo redes digitais de apoio à Educação Inclusiva.....	37
3.2 Reconhecendo os benefícios da Educação Inclusiva.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	49
REFERÊNCIAS.....	51
ANEXOS.....	55

INTRODUÇÃO

O presente trabalho parte de inquietações oriundas da inserção da autora na Rede Municipal de Educação de Jundiaí em 2018 e a necessidade de busca por uma formação continuada que abordasse a temática da Educação Especial e Inclusiva.

Atualmente cada vez mais professores procuram por cursos e formações a fim de poderem trabalhar da melhor forma com a sua turma, pois estando a frente de uma sala regular de ensino da Educação Básica, muitas são as demandas e expectativas que partem da gestão e das famílias para com o professor, e conseqüentemente do professor para com a sua turma: que esta aprenda e se desenvolva enquanto sujeitos e protagonistas e que o tipo de formação venha de encontro para a construção de sujeitos pensantes e críticos.

Considerando que o mundo não é homogêneo e que cada pessoa é diferente, seja na sua forma de pensar, compreender e agir no mundo, a escola da mesma forma não poderia ser apenas para os iguais, os “normais”, os que acompanham, mas também para as diferenças. Desde o momento em que a escola abriu as suas portas sob as novas discussões de “Educação para Todos” esta diversidade se fez presente, partindo do pressuposto que esta escola fosse um espaço de ensino-aprendizagem

(...) sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem (BRASIL, 1990, Parágrafo Único).

E hoje, as taxas de escolaridade mostram que o ensino fundamental foi praticamente universalizado e que a cada ano aumentam as taxas de ingresso nos níveis de educação infantil, ensino médio e superior. São crianças, adolescentes, jovens e adultos que a cada dia garantem seu direito universal à educação.

Hoje temos escolas nas periferias, no campo, em territórios indígenas e quilombolas, em espaços antes nunca vistos, mas que hoje se fazem presentes. Essa diversidade de contextos nos permitiu conhecer novas formas de agir e pensar no mundo, de aprender e ensinar, com diversas possibilidades de interação e compartilhamento, mas que em muitos momentos encontram desafios e barreiras para que se concretizem.

Pois embora a educação seja um direito universal, ela deve ser garantida por meio de recursos e estruturas devidamente planejadas em um sistema educacional. O que em muitos casos acontece é a carência de recursos e estruturas que garantam seu funcionamento.

E dentre um dos principais desafios da escola atual está a garantia da aprendizagem de seus alunos. E nesse sentido em especial há a diversidade de aprendizagens, onde cada criança e adolescente aprende de forma diferente, associando e reproduzindo o que aprendeu e construindo novos conhecimentos a partir de sua compreensão. Ter sujeitos com diferentes aprendizagens em uma sala de aula requer do professor algo a mais que a sua própria formação clássica não estava preparada. Era necessário algo mais.

Crianças e adolescentes antes que estavam em escolas e salas especiais, que estavam em espaços segregados, normalmente vinculados à concepções terapêuticas ou assistencialistas, agora estavam em um contexto de escolarização, onde iguais e diferentes estavam no mesmo espaço de aprendizagem, e sobretudo um espaço onde suas necessidades deveriam ser atendidas, uma escola inclusiva.

Partindo desse ponto se definiu a pergunta da pesquisa: Como os professores trabalham a inclusão em sala de aula? Quais atitudes e posturas são essenciais para a formação de um professor inclusivo?

Essa é a realidade de milhares de professores, que chegam aos cursos de formação continuada procurando meios para melhorar seu ensino e formas para que seus alunos aprendam melhor. Aprender a ser um professor inclusivo é antes de tudo uma mudança interior, de concepções de educação, ser humano e sociedade, entendendo seu papel na inclusão para que então se externalize e se torne em uma prática eficaz e coerente.

Para isso, a perspectiva da Educação Inclusiva vem nesse sentido suprir a necessidade nas discussões teóricas e práticas para uma

educação para todos de qualidade, acolhendo a todos sem discriminação e superando a lógica da exclusão (BRASIL, 2008). A educação inclusiva é um passo a mais na modalidade da educação especial, por abranger as oportunidades de aprendizagem também em escolares regulares, com os recursos e materiais necessários, e para a educação básica e superior como um todo, por considerar um olhar especial para alunos com diferentes níveis de desenvolvimento e aprendizagem. Em resumo, a escola inclusiva é a escola de todos, onde todos aprendem e participam.

Dessa forma, a metodologia utilizada nesse trabalho será a pesquisa bibliográfica e o levantamento de dados nos meios eletrônicos institucionais, busca na literatura da área da educação e das áreas afins, como o direito e a saúde, relacionando elementos que promovam uma reflexão da prática educacional e corroborem em apresentar as diferentes visões do papel da escola, do professor e da aprendizagem na educação inclusiva, e dos desafios que são encontrados nessa trajetória e formas de serem superados. Além das pesquisas bibliográficas de autores que discutem a respeito da educação inclusiva, diversidade e formação de professores, faremos paralelos que retratem o contexto atual por meio de estatísticas e notícias veiculadas em meios de comunicação confiáveis que reafirmam experiências educacionais dentro do contexto da Educação Inclusiva.

Os objetivos gerais dessa pesquisa serão – apresentar os conceitos atuais presentes na literatura e legislação vigente a respeito da educação inclusiva; - valorizar o processo histórico de luta pela educação inclusiva, passados e presentes, na construção de uma educação para todos; – promover reflexões a respeito da educação inclusiva, dando ênfase e visibilidade ao respeito e à garantia do direito da aprendizagem dentro das diferenças; reconhecer os limites e potenciais de escolas, professores e entidades na garantia do direito à educação inclusiva; - analisar dados estatísticos e notícias atualizadas da área da educação percebendo a presença ou ausência da educação inclusiva, evidenciando e reconhecendo-as como essenciais.

Diante desse tema, os esforços para conduzir essa reflexão foram distribuídos ao longo dos capítulos do trabalho, de tal modo que no primeiro capítulo foi necessário contextualizar a transição do modelo de

educação e escola sofridos no período de redemocratização e seus reflexos nas políticas educacionais atuais, mostrando o crescimento das taxas educacionais atuais e seu reflexo nos preceitos fundamentais da educação inclusiva, dando ênfase aos movimentos populares e educacionais que pautavam a educação para todos.

Já no segundo capítulo foram realizadas reflexões a respeito dos desafios da educação inclusiva e da garantia da aprendizagem dos diferentes estudantes no chão de sala de aula, quais os principais dilemas da educação atual e quais as barreiras e desafios enfrentados por professores e alunos no cotidiano, refletindo como a prática deve acontecer a fim de transpor e alcançar uma aprendizagem de qualidade.

Por fim, no terceiro capítulo foram discutidos o papel do professor em seus aspectos mais amplos enquanto formação profissional e humana, discutindo a respeito das atitudes necessárias para uma prática educacional inclusiva. Também foram realizadas as relações com notícias veiculadas eletronicamente que reforçam tais atitudes e práticas, finalizando com o relato de experiência de uma professora e a sua relação com a educação inclusiva.

As dificuldades encontradas durante esse trabalho foram relacionadas à possibilidade de realizar uma pesquisa de campo mais aprofundada no contexto escolar. Em razão da pandemia que tivemos em 2020 houveram consequências como o fechamento das escolas e o isolamento social, impedindo a realização de pesquisas em instituições que poderiam estar presentes nesse trabalho, da mesma forma que o recorte bibliográfico faz menção à experiências já consolidadas e documentadas para exemplificar as reflexões.

Desde já é certo afirmar de que este trabalho não se finda em si mesmo, uma vez que sua autora está no processo de auto conhecimento e construção de sua carreira docente e de quais elementos serão pautados em sua postura docente, uma vez que denota uma preocupação afim de dialogar estes conhecimentos com quem vive os desafios da educação inclusiva no chão de sala de aula.

1. REDEMOCRATIZAÇÃO E A IMPLICAÇÃO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NA GARANTIA DA EDUCAÇÃO PARA TODOS.

As discussões a respeito da diversidade na escola são recentes na história da educação brasileira e datam das conferências e tratados internacionais e dos movimentos populares de educação que surgiram no fim dos anos 1970 e 1980 e que se consolidaram como novas políticas até o final dos anos de 1990.

As últimas décadas do século XX foram marcadas por mudanças estruturais, políticas e de concepções de sociedade. Com a redemocratização dos países da América do Sul, dentre eles o Brasil, a educação também passou por mudanças que insurgiram de pressões internas e externas, que tomaram força e forma nesse novo momento.

Embora na legislação educacional brasileira já se referisse à educação dos excepcionais dentro do sistema geral de ensino (LDBEN Lei nº4.024/1961) ou recomendando tratamento especial à alunos com deficiências físicas e mentais (LDBEN Lei nº5.692/1971), estas ações estavam presentes apenas no papel, uma vez que a segregação era o principal modelo proposto, junto à escolas de educação especial e atendimentos terapêuticos.

Indo para o panorama geral da educação brasileira, a baixa escolaridade e o analfabetismo atingia a população como um todo, englobando populações das periferias, do meio rural e vulneráveis socialmente. A lógica da segregação e da exclusão presentes até o momento impediram muitos de terem o direito à educação.

Com a abertura democrática do país, na primeira metade dos anos de 1980, foram realizados muitos debates em torno das grandes questões sociais, dentre elas, a educação pública, de qualidade e universalizada para todos. A situação educacional brasileira era explicitamente dramática, conforme se observa: – 50% das crianças reprovavam ou eram excluídas ao longo da 1.ª série do 1.º Grau; – 30% da população era formada por analfabetos; – 23% dos professores eram leigos e – 30% das crianças estavam fora da escola (PARANÁ, 2006, p.19).

Esse números apresentavam um modelo de educação elitista e urbanizado, que mantinha a qualidade de seu ensino pautada na qualidade de seu alunado, escolhido por meio de testes de aptidão e excluindo aqueles que não se encaixavam ao longo do processo. O fôlego dado pelo marco da redemocratização era o passo que faltava para que mudanças acontecessem e para que a discussão de uma educação para todos fosse possível acontecer e sair do papel.

A educação especial nesse momento acontecia em instituições privadas e/ou filantrópicas, segregadas para aqueles que não se enquadravam ao sistema regular de ensino. Isso levantou questionamentos quanto a invisibilidade social das pessoas deficientes e uma busca por alternativas pedagógicas para a inserção de todos os alunos, indiferente de qualquer condição ou deficiência.

Um grande exemplo na luta pelos direitos dos deficientes, ainda na década de 1980, o movimento de pessoas surdas teve grande relevância na busca dos direitos e da visibilidade dos surdos que repercutiu para o movimento das pessoas com deficiência como um todo no Brasil. Surgindo a partir das necessidades regionais, o movimento tomou corpo na década de 1990 com o reconhecimento interno da importância da Língua Brasileira de Sinais (Libras) para a identidade e a cultura da comunidade surda, e que posteriormente o movimento elevou com o reconhecimento da língua como a segunda língua oficial brasileira¹.

O momento era de mudança e as décadas de 1980 e 1990 representaram um marco histórico para a educação brasileira em diferentes segmentos, onde as políticas educacionais vieram de encontro a garantir conquistas de direitos para as camadas sociais mais desfavorecidas. Alguns desses marcos educacionais que foram conquistados nesse período ainda são referência até hoje na garantia desses direitos, podendo ser citados:

- A nível nacional, a Constituição Federal de 1988, que apresenta em seu Artigo 205 “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da

¹ História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=oxscYK9Xr4M>> Acesso em: 21 out.2020.

cidadania e sua qualificação para o trabalho”, que reafirma o dever primordial do Estado em garantir a educação em suas diferentes dimensões da formação humana.

- A nível internacional temos a Declaração Mundial sobre Educação para Todos (1990), que admite que a educação até então ministrada apresentava grandes deficiências, e que era necessário torná-la mais relevante, melhorando sua qualidade e se tornando universalmente disponível.

- Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº8.069/90, garante que os direitos fundamentais (referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária) alcancem todas as crianças e adolescentes, sem discriminação, inclusive de deficiência.

- A atual Lei de Diretrizes e Bases (LDB nº9.394/96), além de apresentar um capítulo inteiro dedicado à organização da educação especial, redige em seu texto final estar “em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos” (Título IX, Art.87, §1º).

Todo esse contexto legal possibilitou a garantia dos direitos à crianças e adolescentes de camadas sociais mais desfavorecidas das décadas de 1980 e 1990, direitos estes que foram negligenciados e que agora eram concretizados. Isso pode ser comprovado ao acompanharmos as estatísticas das décadas de 1990 até os primeiros anos do século XXI, onde houve um crescimento significativo na escolaridade da população brasileira.

Tabela 1 – Média de anos de estudo das pessoas de 10 anos ou mais (total)	
Período	Total
1995	5,2
1996	5,3
1999	5,8
2001	6,1
2002	6,3
2003	6,5
2004	6,6
2005	6,7

Período	Total
2006	6,9
2007	7
2008	7,1
2009	7,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1995/2009².

Já o segundo quadro apresenta a taxa, em porcentagem, da população de 7 a 14 anos que está matriculada em escolas. Isso novamente comprova que além da escolaridade da população jovem e adulta ter crescido como apresentado no quadro anterior, temos atualmente um crescimento da escolaridade de crianças e adolescentes, se tornando cada vez mais universalizado.

Tabela 2 – Taxa de escolarização	
Período	7 a 14 anos
1992	86,59
1993	88,6
1995	90,22
1996	91,26
1997	92,99
1998	94,7
1999	95,69
2001	96,46
2002	96,94
2003	97,19
2004	97,19
2005	97,43
2006	97,73
2007	97,67

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1992/2007³.

A partir desse momento em que as portas da escola se abriram e instituíram a obrigatoriedade do ensino de crianças e adolescentes em idade

² IBGE. Séries históricas e estatísticas. Disponível em: <<https://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=4&op=0&vcodigo=ECE370&t=media-anos-estudo-pessoas-10-anos>> Acesso em: 20 ago. 2020.

³ IBGE. Séries históricas e estatísticas. Disponível em: <<https://serieestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=4&op=0&vcodigo=PD170&t=taxa-escolarizacao-grupos-idade>> Acesso em: 20 ago.2020.

escolar, a escolaridade da população cresceu, gerando um aumento nos anos de escolaridade. Acompanhada pela criação de leis que formavam uma rede de proteção à infância e adolescência, foi então possível garantir o acesso e permanência escolar desde a educação infantil.

1.1 Os Avanços Legais na Educação Inclusiva

Assim como aconteceu na educação regular, a especificidade da educação especial teve seu espaço, seus avanços e suas conquistas junto à educação geral, e uma nova legislação foi estabelecida que garantia a matrícula, suporte para a permanência e o sucesso escolar. Uma educação antes segregada passou a ser mais integrada, e posteriormente mais inclusiva.

A nível internacional, a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes (1975), a promulgação do Ano Internacional das Pessoas Deficientes (1981) e a Declaração de Salamanca (1994), foram marcos importantes que objetivaram dar visibilidade por parte dos Estados membros para a criação de leis mais efetivas que garantissem os direitos das pessoas com deficiência, e reconhecessem a necessidade e a urgência desse tema. Já a posterior Convenção da Guatemala (1999) veio garantir a discussão da não discriminação e da equiparação de oportunidades às pessoas com deficiência.

A nível nacional, fora a própria LDB nº 9394/1996 que traz em seu texto um capítulo específico para a Educação Especial (Capítulo V), foram conquistadas legislações específicas⁴ como:

- Lei nº 10.098/1994, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.
- Decreto nº 3.298/1999, que dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência;
- Resolução CNE/CEB nº 2/2001, que instituiu Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

⁴ MEC. Legislação – Secadi. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-continuada-alfabetizacao-diversidade-e-inclusao/legislacao#:~:text=Decreto%20N%C2%BA%206.571%2F08%20%2D%20Disp%C3%B5e,%C3%AAnfase%20na%20Promo%C3%A7%C3%A3o%20de%20Acessibilidade>> Acesso em: 22 ago. 2020.

- Lei nº10.436/2002, que dispõe e assegura Língua Brasileira de Sinais (Libras) como segunda língua oficial brasileira.

- Decreto Nº 7.611/2011, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado (AEE) e dá outras providências, e reconhece o AEE como um importante instrumento de suporte e garantia de acesso à educação de qualidade.

Essas e outras legislações iniciais foram fundamentais na virada do século e na primeira década do século XXI para garantirem a abrangência no recebimento de matrículas na rede regular de ensino, uma vez que estando em lei essas famílias e instituições da sociedade civil poderiam reivindicar seus direitos pelos meios legais. Esse foi o momento em que a Educação Especial passou a ser considerada parte de todos os níveis da Educação Básica, ou seja, estudantes com ou sem deficiência teriam os mesmos direitos de educação e aprendizagem.

Abrir as portas físicas e legais da escola foi um marco importante na educação especial. Direito esse só reconhecido por meio de um longo histórico de lutas pelo direito das pessoas com deficiência. A partir desse momento houve um considerável aumento nas matrículas em escolas regulares e isso pode ser comprovado por meio das estatísticas.

Tabela 3 – Matrículas de Alunos com Deficiência em Sala Regular da Educação Básica com ou sem Sala de Recursos	
Período	Total
1998	43.923
1999	63.345
2000	81.695
2001	81.344
2002	110.704
2003	145.141
2004	195.370
2005	262.243
2006	325.136
2007	306.126
2008	226.884
2009	387.031
2010	484.332
2011	368.130
2012	409.501
2013	648.921

2014	462.334
2015	750.983
2016	796.486
2017	896.809
2018	1.014.661

Fonte: Sinopses Estatísticas da Educação Básica (1998-2008)⁵.

Em mais de vinte anos de estatísticas vemos um crescimento considerável nas matrículas na rede regular de ensino. Vale ressaltar que isso não diminui as conquistas alcançadas por escolas e instituições de educação especializada, considerando que sua trajetória e existência são importantes e necessárias até os dias de hoje, existem muitos alunos que compartilham matrícula tanto no ensino regular quanto no ensino especializado, mas traz a tona a oportunidade dos alunos poderem frequentar a escola da Educação Infantil ao Ensino Superior de poderem aprender e se desenvolver assim como os ditos alunos típicos, desde que sejam levadas em conta as necessidades de cada aluno.

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas (BRASIL, 2008, p. 5).

Um dos primeiros marcos internacionais dessa discussão é a Declaração de Salamanca (1994) onde ressalta para todos os Estados membros que *“(...) escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias (...), construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos (...)”*.

⁵ INEP. Sinopses Estatísticas da Educação Básica. Disponível em: <<http://inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-basica>> Acesso em: 22 ago. 2020.

Já a Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão (2001), tem por finalidade propôr o comprometimento e o desenvolvimento de uma sociedade inclusiva em todos os seus ambientes, produtos e serviços; e a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006), reforça o compromisso onde *“Cada Estado Parte se obriga a promover a inclusão em bases iguais com as demais pessoas, bem como dar acesso a todas as oportunidades existentes para a população em geral”*.

Como marcos que construíram a legislação brasileira⁶, que embasam e garantem o cumprimento desses direitos temos

- a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (2008), que tem como um de seus objetivos mais primordiais *“assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, (...), orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino”* (Brasil, 2008).

- o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2011), que traz como eixos principais a educação, inclusão social, acessibilidade e atenção à saúde.

- a Lei Brasileira de Inclusão – LBI (Lei nº 13.146/2015). Hoje é considerada uma política de referência para outros países, pois esse documento traz todos os aspectos da vida humana que devem ser garantidos para uma efetiva inclusão da pessoa com deficiência na sociedade.

Temos uma legislação completa e ampla, fruto de décadas de contínuas lutas e conquistas de famílias e especialistas na área e, principalmente, das pessoas com deficiência que garantiram que essa discussão saísse da marginalidade e tomasse voz e vez a âmbito social e político, dando forma e parte dessa sociedade plural, e a escola foi um dos palcos dessa mudança a medida em que foi reconhecendo e repensando suas falhas e do sistema educacional como um todo.

Nesse cenário, a inclusão vem sendo o passo seguinte que a sociedade deve dar na história dos deficientes, colocando em prática a

⁶ A legislação federal brasileira e a educação de alunos com deficiência. Disponível em: <<https://diversa.org.br/artigos/a-legislacao-federal-brasileira-e-a-educacao-de-alunos-com-deficiencia/>> Acesso em: 25 ago. 2020.

igualdade, em direitos e oportunidades, pois as limitações não estão na pessoa que é deficiente, e sim na estrutura física que não é acessível, na via pública que não proporciona a passagem, no ensino que não mudou a sua forma, nas atitudes que precisam ser repensadas. Quando a estrutura se torna acessível, o ensino se torna inclusivo e a atitude social é consciente então todos teremos os mesmos direitos.

Atualmente, após mais de 30 anos de lutas pelos direitos dos deficientes, temos em 2020 uma visão que contraria tudo o que já foi conquistado até o momento. O decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020 institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizagem ao Longo da Vida tem preocupado muitos especialistas da área que veem nesse decreto um retrocesso para as políticas inclusivas até então conquistadas. Muitas instituições e especialistas já se posicionaram contra esse decreto por tirar a obrigatoriedade das escolas em aceitar as matriculadas de deficientes, dando opções de matrícula em escolas e salas especiais, e conseqüentemente podendo gerar um novo modelo de educação segregada⁷. Esta situação é delicada e contraditória a tudo o que as políticas apontavam até o momento. Tanto que já foram criados projetos de decreto legislativo para que suspendam a aplicação da nova política⁸.

E nós, como educadores contemporâneos, devemos enxergar nosso importante papel na formação de uma geração, entendendo que nossa responsabilidade vai para além da transmissão dos conhecimentos escolares, mas como formadores de opiniões, de caráter e de reflexões, entendendo que a aprendizagem deve chegar a todos, que a escola é para todos, que mesmo que a escola não seja a única instituição formadora, ainda sim pode ser um espaço de transformação. Os desafios não são poucos, pois além de ter consciência da necessidade dessa mudança ainda precisamos trilhar esse caminho, reconhecendo existem barreiras e falhas no processo a fim de serem superadas, com compromisso e responsabilidade coletiva.

⁷ CARTA-CONVOCAÇÃO do LEPED contra a destruição da inclusão escolar. Disponível em: <<https://inclusaoja.com.br/2020/10/01/carta-convocacao-do-leped-contr-a-destruicao-da-inclusao-no-brasil/>> Acesso em: 22 nov. 2020.

⁸ Projetos suspendem nova política de educação especial apresentada pelo governo. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/noticias/697512-projetos-suspendem-nova-politica-de-educacao-especial-apresentada-pelo-governo/>> Acesso em: 22 nov. 2020.

2. OS DESAFIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA – RECONHECENDO AS BARREIRAS NA EDUCAÇÃO PARA TODOS.

Segundo o dicionário⁹, o significado de mudança é a alteração ou modificação do estado normal de algo. Esse conceito explica como as mudanças na legislação e no sistema educacional brasileiro provocaram mudanças legais e estruturais na educação dos deficientes. Atualmente é direito do aluno com deficiência ter as adaptações e recursos necessários para que acesse o conhecimento escolar e se desenvolva.

Porém além de uma mudança legal, a mudança também precisava adentrar os muros e o cotidiano escolar. Se foi necessário criar leis que tornavam crime recusar matrícula de alunos deficientes, então a aceitação antes de tudo foi uma imposição, uma obrigação, impôr à escola e à equipe escolar que era necessário aceitar e acolher diferentes alunos, de diferentes origens, com diferentes história e condições sociais.

O alargamento da escolaridade obrigatória e a massificação do ensino transportaram para a escola uma diversidade de alunos caracterizados por envolverias sociais e culturais, interesses, valores, conhecimentos e ritmos de aprendizagem muito divergentes. Dar resposta a tal diversidade exige da escola a capacidade de se adaptar a esta realidade, de modo a potenciar um modelo de ensino e aprendizagem que tenha em conta e respeite as características e necessidades do vasto público discente que alberga (PEREIRA; SANCHES, 2013, p. 119).

A educação inclusiva deve ser enxergada para além de uma obrigação. Quando vemos a inclusão apenas como uma obrigação e não como algo inerente ao papel da escola e do professor, isso pode gerar resistência e exclusão, principalmente quando os poderes públicos não garantem os recursos didáticos e humanos ou o professor não tem os conhecimentos necessários para trabalhar com um ensino inclusivo. A inclusão é dever de

⁹ MICHAELIS. Dicionário Brasileiro de Língua Portuguesa. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues/busca/portugues-brasileiro/mudan%C3%A7a/>> Acesso em: 14 set. 2020.

todos e cada um deve cumprir a sua parte para que se efetive, partindo do suporte técnico-financeiro dos órgãos públicos competentes.

Para os que buscam compreender esse movimento de inclusão, que entende a importância de seu compromisso como professor primeiramente tem que refletir os desafios que podem ser encontrados nessa caminhada e quais barreiras devem ser transpostas para que a inclusão se dê no meio escolar por meio de uma mudança estrutural e pedagógica.

Podemos compreender melhor o cenário atual da deficiência a partir do Relatório Mundial sobre a Deficiência, publicado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 2011. Este documento tão atual teve por objetivo *“Oferecer aos governos e à sociedade civil uma descrição abrangente da importância da deficiência, (...); Com base nesta análise, fazer recomendações para a ação nos níveis nacional e internacional”* (ONU, 2011, p.xxi).

O documento apresenta um tópico específico sobre as *“Barreiras à educação para crianças com deficiência”*. O primeiro indício estatístico apresenta que apesar de todo o crescimento nos últimos anos, as matrículas de crianças com deficiência é bem menor em comparação à crianças sem deficiência em países subdesenvolvidos e sendo este um dos principais motivos para a falta de oportunidades na vida adulta.

O documento ressalta que *“A educação inclusiva implica em identificar e remover barreiras e prover instalações razoáveis, permitindo a todos os alunos participarem e progredirem em cenários comuns”* (p.218), revelando a importância da relação entre as políticas e práticas inclusivas para uma melhor inclusão, e deixando claro que os impactos são positivos onde há uma interação significativa, porém onde a inclusão encontra dificuldades o fracasso escolar se torna significativamente maior.

Mas, onde as classes são grandes e a inclusão não é bem aparelhada, os resultados podem ser difíceis para todas as partes. Haverá resultados fracos se a classe e o professor não puderem dar o suporte necessário ao desenvolvimento, aprendizado e participação. A educação tenderá a terminar quando o aluno terminar a escola primária, conforme confirmado pelos baixos índices de progresso para níveis educacionais mais altos (ONU, 2011, p. 220).

O que pesa nos resultados para que a educação inclusiva seja eficiente, positiva e garantida em sala de aula é a garantia dos recursos e suportes necessários na superação das barreiras educacionais, encontrando formas de serem rompidas. Ainda no relatório, as barreiras para a educação de pessoas com deficiência podem ser divididas da seguinte forma: problemas do sistema e problemas escolares (222-228).

O relatório apresenta que os principais problemas dos sistemas educacionais dos países são: **Operacionalização dividida e fora do pensamento da educação geral, falta de políticas, metas e incentivos financeiros que se comprometam, e recursos inadequados e limitados.** Um país que mantém a educação dos deficientes apartada da política educacional geral dificilmente conseguirá implementar uma educação inclusiva efetiva. Nesse sentido a educação deve ser novamente pensada e organizada para que atenda a todos.

Em contrapartida, os problemas escolares são igualmente preocupante e diretamente relacionados aos problemas do sistema como um todo. Dentre os problemas mais encontrados estão os **currículos e instrumentos avaliativos que não contemplam a diversidade de aprendizagens, estruturas físicas inadequadas das escolas, falta de professores especializados e acompanhados em formação continuada, concepções equivocadas do sujeito deficiente, resultando em situações de discriminação e atitudes negativas frente à inclusão.**

Quando a escola não tem suporte e conhecimentos necessários para realizar a inclusão, todo o potencial pedagógico e social que a inclusão proporciona será perdido em um emaranhado de barreiras. Para garantir que uma escola seja inclusiva são necessários objetivos e ações claras, suportes físicos e pedagógicos, com conhecimento e consciência coletiva.

A partir desse relatório podemos perceber que a educação inclusiva enfrenta barreiras em diferentes partes do mundo, em maior ou menor escala que comprometem ou favorecem seus resultados, porém é importante ressaltar que “o sucesso dos sistemas inclusivos de educação depende muito do comprometimento de um país em adotar a legislação adequada,

desenvolver políticas e prover financiamento adequado para sua implantação” (ONU, 2011, p. 224-225), novamente afirmando a importância dos Estados membros em assumir o compromisso da inclusão.

No Brasil, a discussão sobre os direitos dos deficientes resultou na última década em nossa atual Lei Brasileira de Inclusão – LBI (2015). O documento expressa em seu artigo 1º que a lei é “*destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania*”. Isso ressalta a necessidade de promover condições de igualdade de oportunidades, acesso e participação, sem excessões. A lei apresenta em seu texto (art. 3º, §4) as barreiras que podem impedir a efetiva inclusão, podem ser elas desde barreiras físicas a atitudinais.

IV - **barreiras**: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros, classificadas em:

- a) **barreiras urbanísticas**: as existentes nas vias e nos espaços públicos e privados abertos ao público ou de uso coletivo;
- b) **barreiras arquitetônicas**: as existentes nos edifícios públicos e privados;
- c) **barreiras nos transportes**: as existentes nos sistemas e meios de transportes;
- d) **barreiras nas comunicações e na informação**: qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação;
- e) **barreiras atitudinais**: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas;

f) **barreiras tecnológicas:** as que dificultam ou impedem o acesso da pessoa com deficiência às tecnologias; (BRASIL, 2015, grifo nosso).

É necessário ressaltar a importância de reconhecer as barreiras existentes em nossa sociedade como forma de identificá-las em nossos espaços sociais, incluindo a escola, e nesse sentido superá-las, partindo do que a lei assegura e das ações que o Estado realiza propriamente falando no âmbito escolar para assegurar tais direitos.

Nesse sentido, quando barreiras urbanísticas e nos transportes impedem o acesso a educação podemos encontrar a barreira de que a pessoa está sendo impossibilitada de chegar à escola, uma vez que os meios de transporte, vias públicas e calçamentos não foram pensados para a população que necessita de acessibilidade.

Em uma notícia veiculada em 2018, vemos que até uma das cidades com um dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) do Brasil¹⁰ não escapam de serem cobradas de seus deveres. A Prefeitura de Campinas na época da notícia realizava o transporte adaptado para crianças deficientes para a escola no período regular de aula, porém não o realizava no contra-turno para atendimento especializado por não poder “arcar” com tais despesas¹¹.

Quando nos referimos às barreiras arquitetônicas, este item está diretamente relacionado à acessibilidade das edificações, mobiliários e espaços escolares como elementos indispensáveis para alcançar a participação e autonomia plena.

De acordo com o Censo Escolar da Educação Básica 2017, apesar do crescimento das matrículas nos últimos anos, a realidade das

¹⁰ As 50 melhores cidades do Brasil para se viver, segundo a ONU. Disponível em: <<https://exame.com/brasil/as-50-melhores-cidades-do-brasil-para-se-viver-segundo-onu/>> Acesso em: 19 set. 2020.

¹¹ Justiça determina que Campinas retome transporte adaptado para crianças com necessidades especiais. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/justica-determina-que-campinas-retome-transporte-adaptado-para-criancas-com-necessidades-especiais.ghtml>> Acesso em: 19 set. 2020.

escolas não parece acompanhar a adaptação e a acessibilidade dos espaços. Segundo o *site* Guia de Rodas¹²

Quando chega à escola, no entanto, muitas vezes o aluno não encontra estrutura para atendê-lo. Somente 46,7% das instituições de ensino médio apresentam dependências com boas condições de acessibilidade enquanto, só existe banheiro acessível para pessoas com deficiência em 62,2% dessas escolas (...) e somente 29,8% das escolas do ensino fundamental têm dependências adequadas para receber pessoas com deficiência e 39,9% tem banheiro acessível.

As barreiras nas comunicações, na informação e tecnológicas estão intimamente relacionadas aos recursos didático-pedagógicos, sejam os instrumentos de comunicação alternativa e tecnologia assistiva (TA) que permitem que o ensino do professor seja acessível ao estudante deficiente, pois uma vez que o método e os recursos de ensino disponíveis não contemplem todas as especificidades de aprendizagem da turma, então é necessário que sejam revisados e adaptados a cada aprendizagem, sem exceções.

Deveremos sempre ter em mente que, no campo educacional, a TA será aplicada para auxiliar o aluno com deficiência a atingir os objetivos educacionais propostos a ele e ao grupo do qual faz parte. A TA deve qualificar a ação do aluno com deficiência e sua interação na escola, possibilitando que construa ativamente conhecimentos; que tenha possibilidade de expressar-se e relacionar-se com todos e em igualdade de oportunidades (BERSCH, 2013, p. 4)

Por fim e não menos importante, as barreiras atitudinais dependem diretamente mais da força de vontade humana e da concepção de deficiência que professores, equipe gestora e comunidade escolar terão ao

¹² Acessibilidade nas escolas. Disponível em: <<https://guiaderodas.com/acessibilidade-nas-escolas/#:~:text=serem%20consideradas%20inclusivas.-,O%20crescimento%20de%20matr%C3%ADculas%20de%20estudantes%20com%20defici%C3%Aancia%20tem%20favorecido,est%C3%A1%20bem%20longe%20do%20ideal.&text=Entretanto%2C%20somente%2029%2C8%25,%2C9%25%20tem%20banheiro%20acess%C3%ADvel>> Acesso em 19 set. de 2020.

acolher o aluno deficiente, e que conseqüentemente refletirá na prática e na convivência escolar.

Em um artigo apresentado por pesquisadores do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo (USP)¹³, vemos que a discriminação e os estereótipos na educação inclusiva vêm sendo um dos principais motivos que impedem de proporcionar todas as aprendizagens possíveis.

Entre os comportamentos preconceituosos registrados, os mais recorrentes são a marginalização e a segregação. No primeiro caso, o aluno até faz parte do grupo, mas é colocado à margem - como se o convidassem para uma partida de futebol, porém, não lhe passassem a bola. No cenário seguinte, o aluno é, de fato, colocado à parte e os colegas o ignoram (LEAL, 2015.).

O ambiente escolar é um ambiente que proporciona diferentes aprendizagens para a vida. Nesse sentido, a escola atual tem um papel fundamental e indispensável na formação moral e humana da sociedade, pois é nela onde os estudantes aprendem a aprender com as diferenças, reconhecem a existência do outro e aprendem o respeito mútuo.

Nesse sentido, a própria escola deve ser um lugar acolhedor, que enxergue todas as individualidades na construção da comunidade escolar, onde todos sejam incluídos, com pais, professores, alunos e funcionários. Esse é um grande desafio para as equipes escolares, mas que é possível alcançar bons resultados com a inclusão.

2.1 O Potencial de Escolas e Redes de Ensino Inclusivo

Temos muitos exemplos de escolas e redes de ensino inteiras que firmaram seu compromisso com a educação inclusiva, repensando, modificando e adaptando suas práticas a fim de alcançar a todos. Dentre esses exemplos temos o caso da Secretaria Estadual de Goiânia, que já foi referência brasileira de inclusão e reconhecida internacionalmente entre os anos 1999 e

¹³ Discriminação na educação inclusiva tem origem dentro e fora da sala de aula. Disponível em: <<http://www.usp.br/aun/antigo/exibir?id=7124&ed=1240&f=23>> Acesso em: 21 set. 2020.

2006. O “Programa Estadual de Educação para a Diversidade numa Perspectiva Inclusiva” proposto pelo Professor Dalson Borges, então Superintendente Executivo da Secretaria Estadual de Educação, contou com os eixos de formação continuada, contratação de professores, ampliação do atendimento em sala de recursos e atendimento especializado externo juntamente com o pesquisador Romeu Sasaki que atuou como consultor e capacitador¹⁴.

Durante todo o relato, foram apresentadas todas as dificuldades e resistências, com apoio de apenas uma minoria no início, mas que foram sendo quebradas a medida que formações eram realizadas, dos cargos técnicos de educação aos docentes. Por meio de um trabalho de formação de multiplicadores, estes voltavam para suas regiões e continuavam com o trabalho formativo. Com grande apoio do próprio estado realizando investimentos em reformas na arquitetura das escolas, o programa foi dividido em etapas que permeavam a conscientização, a implementação e a avaliação de todo o trabalho.

Iniciar o processo de construção de uma escola inclusiva embora seja difícil deve acontecer, principalmente por que cada vez mais os ditos alunos incluídos estarão nas escolas e sob essa responsabilidade as equipes escolares devem assumir seu compromisso e papel social de tornar acessível a aprendizagem.

Dentre os materiais disponibilizados pela extinta Secretaria de Educação Especial – Seesp, do Ministério de Educação e Cultura (MEC), o material “A Escola Comum Inclusiva” faz parte da coleção “A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar”, composta por 10 títulos. Publicado em 2010, o documento é concebido com um caderno orientador de práticas e projeções para um novo século. Mesmo assim ainda é um documento atual, pois faz uma análise mais realista sobre os objetivos e estratégias da educação inclusiva.

O material se baseia em discussões partindo da necessidade da educação para todos independente das condições iniciais do sujeito e dando à educação a ênfase em seu potencial transformador, reconhecendo

¹⁴ O caso da Secretaria Estadual de Educação – Goiânia. Disponível em: <<https://diversa.org.br/estudos-de-caso/o-caso-da-secretaria-estadual-de-educacao-goiania-goias-brasil/>> Acesso em: 22 set. 2020.

que o ponto de partida da aprendizagem é a diferença.

Ao nos referirmos a uma escola inclusiva como aberta à diversidade, ratificamos o que queremos extinguir com a inclusão escolar, ou seja, eliminamos a possibilidade de agrupar alunos e de identificá-los por uma de suas características (por exemplo, a deficiência), valorizando alguns em detrimento de outros e mantendo escolas comuns e especiais (BRASIL, 2010, p. 8).

A forma que a escola tem para garantir seu passo inicial na decisão da construção da educação inclusiva é por meio de seu Projeto Político Pedagógico (PPP). Esta deve apresentar a cara da escola, da escola inclusiva que se pretende alcançar.

O PPP não pode ser um documento paralelo que não diz respeito, que não atravessa o cotidiano escolar e fica restrito à categoria de um arquivo ou de uma alegoria, de caráter residual. Ele altera a estrutura escolar e escrevê-lo e arquivá-lo nos registros da escola só serve para acomodar a consciência dos que não têm um verdadeiro compromisso com uma escola de todos, por todos e para todos (BRASIL, 2010, p. 11).

Apenas efetivando seu PPP que a escola pode identificar suas linhas de ação, realizar um diagnóstico do seu trabalho e delimitar as ações a serem desenvolvidas. O processo anual de visitar e analisar o PPP é uma forma de acompanhar a superação de seus desafios, rever seus objetivos e delimitar novos horizontes.

Seguindo com a leitura do documento, ele apresenta a necessidade de eliminar toda e qualquer forma de exclusão que possa acontecer na escola, sejam relacionados aos recursos didático-pedagógico, relações sociais e de aprendizagem, e para isso são necessárias mudanças na escola, onde a educação inclusiva não é responsabilidade de um professor especializado e específico, mas sim uma responsabilidade que deve ser assumida e decidida pelo coletivo escolar, e aponta para autonomia na construção do Projeto Político Pedagógico como forma de alcançar um horizonte mais inclusivo na escola.

A escola cria, nas possibilidades abertas pelo INSTITUINTE, um espaço de realização pessoal e profissional que confere à equipe escolar a possibilidade de definir o seu horário escolar, organizar projetos, módulos de estudo e outros, conforme decisão colegiada. Assim, confere autonomia a toda equipe escolar, acreditando no poder criativo e inovador dos que fazem e pensam a educação (BRASIL, 2010, p. 11).

Conferindo toda essa autonomia à construção e execução do Projeto Político Pedagógico na escola, vemos a importância que este instrumento tem para garantir o envolvimento de todos uma vez que sua construção seja baseada no caráter democrático, a participação de todos se torna indispensável, tornando todos os envolvidos responsáveis pela execução deste projeto de escola. Nesse sentido, o material dá grande ênfase ao papel do professor na educação inclusiva, uma vez que ele deve assumir com pertencimento e compromisso a construção coletiva desse trabalho.

O professor, portanto, ao contribuir para a elaboração do PPP, bem como ao participar de sua execução no cotidiano da escola, tem a oportunidade de exercitar um ensino democrático, necessário para garantir acesso e permanência dos alunos nas escolas e para assegurar a inclusão, o ensino de qualidade e a consideração das diferenças dos alunos nas salas de aula. Exercer esse papel como um dos mentores do PPP não é uma obrigação formal, mas o resultado de um envolvimento pessoal do professor. Nesse sentido, vem antes a sua disposição de participar, porque contribuir é reconhecer a importância de sua colaboração para que o projeto se execute (BRASIL, 2010, p. 12).

Somente superando a ideia de que a inclusão é algo imposto, de cima para baixo, um cumpra-se sem nenhum questionamento, que o professor e sua escola darão seu primeiro passo em uma prática inclusiva. Partindo desse ponto, é necessário refletir sobre o perfil e o papel do professor que assume uma prática inclusiva, que diante das barreiras e desafios em seu caminho e está disposto a pensar coletivamente formas de superá-las.

3. A INCLUSÃO NA PRÁTICA! REFLEXÕES SOBRE A FORMAÇÃO DE PROFESSORES.

O que todos queremos, sociedade, escolas e pais, é que esteja em sala de aula um professor ideal, preparado e formado para trabalhar com as diversas situações de sala. Isso a primeiro momento pode parecer um possibilidade remota, praticamente utópica, porém ainda sim, esse professor, ainda que não seja o nosso professor real em sala de aula devemos tê-lo como nosso norte em teoria e prática.

A sociedade espera um padrão de professor que atenda as demandas atuais, que saia da licenciatura com os conhecimentos necessários para o início da prática pedagógica. Porém o que vemos é que a formação de professores ainda é um desafio contemporâneo. Segundo Silva (2015), a maioria das pessoas ainda possui em suas memórias a escola tradicional, e nosso tempo em uma instituição de formação acaba sendo insuficiente para que nossos anos de escolarização sejam repensados. Em decorrência, muitos professores levam para a sua prática os modelos arcaicos de educação que vivenciaram enquanto estudantes, o que acaba reproduzindo e perpetuando os mesmos erros.

A autora ainda ressalta que “a formação de professores hoje precisa aliar-se a esta preocupação: trabalhar com a informação para chegar ao conhecimento e repensar os mecanismos de ensino e de aprendizagem” (SILVA, 2015, p. 693). Segundo a autora a informação seria o que recebemos durante nossa formação, mas o conhecimento seria alcançado por meio da capacidade de refletir e questionar, relacionando o que aprendeu com a realidade, da teoria à prática.

Dessa forma, reformulamos que o desafio contemporâneo está centrado na formação de professores que sejam preparados para a realidade, que enxerguem seu papel para além de meros reprodutores de conteúdos, mas que assumam seu papel transformador de uma sociedade em transformação.

Segundo Nóvoa (2009) é necessária “uma formação de professores construída dentro da profissão”, partindo da discussão de transformar a prática em conhecimento, reformulando a formação de professores incluindo uma visão de dentro, de quem está diariamente

exercendo a profissão, fica em evidência o conhecimento profissional docente como um ponto de partida, não simplista e “praticista”, mas sim uma prática com um ponto de vista teórico e metodológico, dando o devido valor na construção do docente, constituindo um conhecimento para além da teoria e da prática.

A partir da perspectiva de que não basta o professor dominar determinada informação, mas sim compreendê-lo em todas as suas dimensões na construção do conhecimento, o professor em formação deve estar em contato direto com o professor na profissão. Atualmente aqueles que definem os currículos dos cursos de licenciatura são os departamentos, organismos e entidades de ensino superior, sendo eles também os formadores, enquanto que os professores de profissão são colocados em um papel secundário, sendo observados apenas ao final do curso em pequenos espaços de estágio. Nóvoa insiste que “o reforço de processos de formação baseadas na investigação só faz sentido se eles forem construídos dentro da profissão” (NÓVOA, 2009, p. 6).

Se o futuro professor não vivencia a inclusão durante a sua graduação, como será em seu primeiro ano de docência? Normalmente será penoso e o professor ingressante se verá perdido e sem saber o que realmente fazer. Quando existem disciplinas específicas que trabalham a educação especial e inclusiva, por maiores que sejam os esforços dos professores de ensino superior destas disciplinas, em sua maioria, não é possível realizar a experiência de forma prática.

O estudante que até agora estava do meio acadêmico se torna professor, e não são poucos os profissionais que iniciam sua carreira docente se enxergando incapazes de assumir uma sala de aula com eficiência. Porém o ano letivo começa e o novo professor está em sua sala e a coordenação pedagógica logo apresenta que na turma haverá “aluno de inclusão”. Nesses momentos o professor se vê em uma corrida contra o tempo, para aprender a ensinar. Segundo Silva (2015), embora a inclusão educacional seja um princípio da educação atual, a formação dos profissionais pode não estar alinhada a essas necessidades.

Isto ocorre na visão das políticas educacionais brasileiras, que não atuam preocupadas com esta realidade, transferindo para

o professor e demais profissionais da educação a responsabilidade de assumir essa demanda na formação continuada e para o estudante da educação especial, o peso das dificuldades encontradas no processo de escolarização e, em muitos casos, do fracasso ocorrido (SILVA, 2015, p. 698).

Nesse sentido, os conceitos que Nóvoa (2009) trazem a urgência para uma formação mais alinhada à profissão como sendo a melhor alternativa de potencializar a relação entre academia e a profissão, conhecendo as nuances do cotidiano escolar atrelados à uma reflexão-prática.

Pensando que podemos estar a alguns anos da efetivação de uma proposta de licenciaturas mais atreladas às práticas escolares, temos que enxergar como um avanço a introdução de disciplinas no currículo acadêmico que trabalhem a educação especial e a inclusiva. Isso só foi possível a partir da Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CP nº 1 de 18 de fevereiro de 2002, onde prevê a *“organização curricular da formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais”*¹⁵. Se hoje as licenciaturas possuem disciplinas específicas, por um curto período de tempo, porém existentes no currículo acadêmico, ainda temos que lutar para que permaneçam e que esse contato mesmo que mínimo aconteça.

Segundo uma pesquisa realizada por Marinho (2020) entre estudantes do primeiro ao último ano de pedagogia da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Marília, estado de São Paulo, revela que com o passar dos anos de graduação os alunos do quarto ano de pedagogia possuem atitudes sociais mais favoráveis à inclusão do que os alunos do primeiro ano. Isso significa que embora não haja um estágio supervisionado que aproxime os acadêmicos do público da educação inclusiva, é importante ressaltar que uma matriz curricular inclusiva foi essencial no processo de formação de atitudes sociais positivas em relação à inclusão.

Diante disso, pensamos que ao menos em relação às atitudes sociais avaliadas, o conhecimento que está sendo apresentado pelos docentes do curso de Pedagogia da Unesp de Marília por

¹⁵ Inclusão Já! – Leis e documentos. Disponível em: <<https://inclusaoja.com.br/legislacao/>> Acesso em: 02 out. 2020.

intermédio da matriz curricular parece exercer algum efeito nas atitudes sociais dos estudantes de Pedagogia em relação à Inclusão (MARINHO, 2020, p. 85).

Nóvoa (2009) ainda destaca a formação pessoal como um elemento importante para a construção de um bom professor. Seguindo a lógica do autor, a formação pessoal e profissional não se dissociam, e indica que a qualidade na relação do professor com a sua turma faz parte do fazer pedagógico, no qual o ser professor não é apenas constituído numa matriz técnica ou científica. O desafio de conduzir o conhecimento, de conquistar sua turma, não são todos que alcançam esse feito.

A formação pessoal do professor deve ser levada em consideração até para o autoconhecimento do professor. A qualidade em sua formação pessoal vai influenciar diretamente a atitude do professor frente a inclusão, podendo ser negativa, apresentando resistência e desculpas, ou positiva, se propondo superar o desafio.

Isso nos faz lembrar o capítulo anterior quando cita a Lei Brasileira de Inclusão de 2015. Quando a lei cita as barreiras atitudinais, estas se relacionam a forma que o professor agirá em sua sala, que pode ter muitos desafios a serem encarados em seu caminho, porém que podem ser ultrapassados quando bem esclarecidos e orientados. A atitude do professor pode ser definida como o comportamento, o propósito ou a intenção que este professor assumirá diante da inclusão.

Isso pode ser exemplificado por meio do relato de experiência realizado com a Professora Viviane, que de forma solícita se propôs a contribuir com este trabalho. A professora possui 11 anos de magistério, e conta como foi seu início de carreira, quando foi atribuída a uma sala de educação infantil com uma criança com paralisia cerebral, com mobilidade reduzida de braços e pernas, dificuldade na articulação da fala, sem cadeiras de rodas e sem profissional de apoio.

Iniciei o ano letivo com a aluna sem cadeira de rodas e sem profissional de apoio. Confesso que haviam falhas no que se refere a infraestrutura e nas parcerias de redes (educação, instituições, saúde etc.) mas enquanto professora cabia a mim

o papel de ensinar. Busquei saber junto a instituição o que era necessário para garantir a integridade física da aluna, mas me dediquei a pesquisa, não de muitas teorias, mas a pesquisa de como apropriar as propostas, de como oportunizar à aluna a participação nas atividades com os colegas sem segregar. Pois as propostas inclusivas não podem desfavorecer nenhuma das partes e pude vivenciar que isso é possível (Professora Viviane).

A professora ainda relata o quanto essa experiência a marcou, tanto que no mesmo ano ela iniciou a pós graduação em educação especial com ênfase em educação inclusiva, sendo chamada anos depois para ser professora para ser professora do atendimento educacional especializado e assim contribuir com a inclusão de mais crianças.

Em sua fala é possível identificar sua visão de aluno e educação, uma vez que ela entende que a deficiência não é uma desculpa para que o aluno não aprenda, mas sim que todos podem aprender partindo do que sabem ou podem fazer.

Destaco que cada aluno com ou sem deficiência é único, não há uma fórmula, uma receita. O laudo norteia o olhar porém cada aluno em sua particularidade é que mostra ao professor formas de aprender e ensinar, o laudo não pode servir para rotular ou ser usado como justificativa, nesse quesito **todo aluno tem algo a aprender**. Gosto e uso muito a frase “Respeitar as especificidades validando as potencialidades”. Quando partimos da potencialidade de cada aluno, por mais que não seja o que está previsto para o ano/série, ou pelo que temos de concepção de aprendizagem, garantimos o aprendizado de todos (grifo da Professora Viviane).

Este relato traz também o quanto a professora foi grata pelo apoio de sua primeira escola, no caso da aluna com paralisia cerebral, ressaltando nesse sentido que o papel da escola no apoio ao professor iniciante é fundamental para a garantia das necessidades da turma. Nesse sentido, é importante reforçar a necessidade do trabalho em equipe e da

coletividade para que o professor iniciante não se sinta desamparado em seu trabalho. Nesse ponto, Nóvoa (2009) reforça a importância da construção de projetos educativos como a representação da experiência coletiva em conhecimento profissional por meio da partilha, da colaboração e do sentimento de pertencimento à profissão para construção profissional do professor.

Hoje, a complexidade do trabalho escolar reclama um aprofundamento das equipas pedagógicas. A competência colectiva é mais do que o somatório das competências individuais. Estamos a falar da necessidade de um *tecido profissional enriquecido*, da necessidade de integrar na cultura docente um conjunto de modos colectivos de produção e de regulação do trabalho (NÓVOA, 2009, p. 7).

Sem isentar as responsabilidades políticas e gestoras, porém sem o comprometimento do professor poucos serão os avanços a serem alcançados pela inclusão. O professor tem papel e responsabilidade tamanha que pode em muitos casos corrigir falhas e lacunas nas oportunidades de aprendizagem dos estudantes e interferir significativamente na promoção da educação inclusiva, e quando realizados coletivamente, os efeitos podem reverberar em toda a comunidade escolar.

Dada tal importância, é imprescindível o investimento na formação constante do coletivo escolar, uma vez que é quem está em contato direto com o estudante, e que diante da diferença deve saber acolher e conduzir esse trabalho. Receber as informações necessárias, ter consciência de seu papel e ter acesso a outras experiências inclusivas que deram certo contribuem para que cada escola ou rede de ensino construa a inclusão dentro de sua realidade.

3.1 Por onde começar? Conhecendo redes digitais de apoio à Educação Inclusiva

Como vimos até o momento, os professores devem conhecer as informações básicas sobre as deficiências, os aspectos gerais e específicos dos transtornos de aprendizagem e desenvolvimento e como trabalhar com

cada uma em sala de aula, pois dessa forma podem romper com os mitos e preconceitos possibilitando oportunidades de aprendizagem e participação de todos, sem exceção.

O professor na medida em que se informa deve ser agente de conscientização, seja no meio escolar, de seus colegas, de seus alunos e pais, ou em seu cotidiano. Um professor ao reconhecer seu papel, pode ser um educador das diferenças, um agente multiplicador de boas práticas, reconhecendo a inclusão enquanto professor e cidadão.

Por fim, é imprescindível a socialização de experiências, seja na própria escola, com escolas da mesma rede ou de outras localidades. A socialização de experiência nos mostram as diferentes formas que a inclusão pode se dar, pois não há uma receita pronta da inclusão, mas desde que as oportunidades sejam dadas e os resultados da aprendizagem aconteçam, então houve inclusão.

Mas então vem a pergunta: onde buscar a formação e as experiências necessárias que contemplam a inclusão e podem dar base ao trabalho inclusivo do professor? O espaço da formação continuada, formal ou informal, é onde o professor busca se capacitar para o trabalho inclusivo.

O professor atualmente ainda encontra dificuldades para desenvolver práticas pedagógicas inclusivas, pois alguns não tiveram em sua formação inicial conteúdos que privilegiem a educação inclusiva e suas especificidades e outros cuja formação contemplou o modelo ainda é pautado no conceito de deficiência, legislação e história, pouco o instrumentalizando no desenvolvimento do trabalho pedagógico (RODRIGUES; CAPELLINI; MENINO-MENCIA, 2020, p.159).

Bons exemplos de inclusão atualmente podem ser encontrados em diversas partes do Brasil. Isso ressalta que a educação inclusiva acolhe e pode chegar a todos, independente da localidade, condição sócio-econômica ou cultural.

Uma instituição que vem cumprindo muito bem a tarefa de informação, conscientização e promoção de socialização de experiências é o Instituto Rodrigo Mendes (IRM) com o *site* DIVERSA. Segundo o próprio *site*,

“O DIVERSA é uma iniciativa do Instituto Rodrigo Mendes (IRM), em parceria com o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e diferentes organizações comprometidas com o tema da equidade”¹⁶.



Figura 1 – Logo do *site* DIVERSA
Fonte: <https://diversa.org.br/> (2020).



Figura 2 – Logo do Instituto Rodrigo Mendes
Fonte: <https://institutorodrigomendes.org.br/> (2020).

Sediado em São Paulo/SP, o Instituto Rodrigo Mendes realiza desde a sua fundação em 1994 projetos de arte-educação para pessoas com e sem deficiência. O *site* DIVERSA surge em 2011 como uma “plataforma de compartilhamento e experiências sobre inclusão”. Atualmente a instituição conta com inúmeras parcerias, como do próprio MEC e do Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância (Unicef), como também iniciativas sociais do setores financeiros e empresariais nacionais e multinacionais.

Aqui podemos observar o olhar dos setores financeiros e empresarial no tema da educação inclusiva. Dentre os patrocinadores podemos encontrar instituições como Fundação Volkswagen e a Companhia Aérea Latam, e dentre os apoiadores a Microsoft e o Movimento Todos pela Educação¹⁷. O interesse desses segmentos pode se justificar pela necessidade do mercado de trabalho estar a par da inclusão uma vez que a Lei nº 8.213, de

¹⁶ Citação retirada da página “Sobre o projeto”. Disponível em: <<https://diversa.org.br/institucional/sobre-o-projeto/>> Acesso em: 07 nov. 2020.

¹⁷ Parceiros do DIVERSA. Disponível em: <<https://diversa.org.br/institucional/parceiros/>> Acesso em 07 nov. 2020.

24 de julho de 1991, conhecida como Lei de Cotas para Pessoas com Deficiência (PcD) obriga as empresas a terem um percentual de contratações de deficientes.

Art. 93. A empresa com 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados.....	2%;
II - de 201 a 500.....	3%;
III - de 501 a 1.000.....	4%;
IV - de 1.001 em diante.	5%.

Mesmo que a lei seja de 1991, junto a todo o movimento de inclusão, atualmente ainda temos denúncias de que as empresas não estão cumprindo com suas obrigações. Segundo notícias veiculadas em 2018, apontam que de somente 48% do total das vagas reservadas PcD estão ocupadas¹⁸, e que houve o crescimento de denúncias nos Ministérios Público do Trabalho sobre o descumprimento dessa lei¹⁹.

As razões do apoio de empresas às pautas de educação ainda que desconhecidas do público em geral, podem ser encontrar em leituras que embasam uma preocupação com relação a proximidade do empresariado com as pautas educacionais. Segundo Freitas (2012) os empresários tentam apresentar um lado “humanizado” do mercado, que também se preocupa com as questões sociais e de futuro da nação, porém apresenta que os interesses hegemônicos dos empresários reduzem a educação a produzir o trabalhador que está sendo esperado na porta das empresas. Ainda que não seja a intenção desse trabalho adentrar esse assunto, é importante lançar as dúvidas e questionamentos uma vez que ter um olhar crítico é essencial diante daquilo

¹⁸ Empresas ignoram obrigatoriedade de contratar pessoas com deficiência. Disponível em: <<https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/brasil/2018/09/21/interna-brasil,707311/empresas-ignoram-obrigatoriedade-de-contratar-pessoas-com-deficiencia.shtml>> Acesso em 08 nov. 2020.

¹⁹ Denúncias de descumprimento de cotas de trabalho para deficientes aumentam 15%, diz MPT. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/campinas-regiao/noticia/2018/09/29/denuncias-de-descumprimento-de-cotas-de-trabalho-para-deficientes-aumentam-15-diz-mpt.ghtml>> Acesso em 08 nov. 2020.

que pode ser visto como natural.

Porém, é importante ressaltar a relevância do trabalho do *site* DIVERSA. Passaram-se nove anos, e durante todo esse tempo de existência desse trabalho, Micas (2020) revela que

“(...) o DIVERSA compartilhou 17 estudos de caso, mais de 50 materiais pedagógicos acessíveis, quase 500 notícias, 350 relatos de educadores e 200 artigos de especialistas da educação, que mostraram experiências exitosas de inclusão escolar e fomentaram a construção colaborativa de conhecimento no campo (MICAS, 2020, s/p., grifo do autor).

Fora do Brasil, esta iniciativa possui relações com diferentes instituições e organismos internacionais e participa das discussões e relatórios de outros países, que oportunizam conhecer a inclusão pelo mundo²⁰. Dentre uma dessa experiências, podemos conhecer a experiência da Namíbia, país do continente africano que implementou a partir de 2013 uma política de educação inclusiva do primário ao ensino médio²¹. Dentre um dos destaques dessa política realizada da população sobre a importância da educação inclusiva.

Além de intervenções nas escolas, também são realizadas ações de conscientização da população. O Ministério da Educação da Namíbia entende que atitudes negativas da sociedade em relação à inclusão podem ser devidas ao desconhecimento sobre os benefícios da educação inclusiva para todas e todos. A conscientização é realizada em muitas plataformas, incluindo rádio, televisão e panfletos, para compartilhar com a população o conhecimento sobre deficiências (DELGADO, 2020, s/p).

Além das experiências inclusivas nacionais e internacionais, o *site* DIVERSA ainda traz um espaço para dar subsídios para professores, com possibilidades de materiais que favorecem a inclusão. Pesquisando pelo *site* por

²⁰ DIVERSA pelo mundo. Disponível em: <<https://diversa.org.br/tag/diversa-pelo-mundo/>> Acesso em: 05 out. 2020.

²¹ Namíbia busca garantir educação de qualidade com política inclusiva. Disponível em: <<https://diversa.org.br/namibia-busca-garantir-educacao-de-qualidade-com-politica-inclusiva/>> Acesso em: 05 out.2020.

materiais pedagógicos acessíveis, o *site* disponibiliza relatos de experiências, ferramentas e metodologias que podem ser em diferentes disciplinas como ciências e geografia, em jogos e na alfabetização²². Além da infinidade de materiais pedagógicos e um fórum que podem ser acessados, os professores podem compartilhar suas experiências por meio do *site* e transmiti-las a outros como uma grande rede inclusiva.

Outra instituição que vem cumprindo seu papel a respeito da formação continuada de professores é o Instituto Itard. Localizado em Teresópolis/RJ, o instituto vem realizando um incessante trabalho de formação e de aproximação do tema da educação inclusiva aos professores de educação básica. O Instituto Itard tem como objetivo ajudar o professor, pois acredita que “O professor é um dos principais agentes de transformação da sociedade e é por isso que o Instituto Itard acredita que investir no professor é o melhor caminho de criar uma cultura de inclusão no Brasil²³”. Atualmente o *site* disponibiliza cursos de capacitação, aperfeiçoamento e formação continuada.



Figura 3 – Logo do Instituto Itard

Fonte: <https://institutoitard.com.br/> (2020).

Um dos meios de formação é o próprio *site* do Instituto, onde disponibiliza artigos próprios e de colaboradores com temas relacionados à comunicação alternativa e assistiva, adaptação curricular e avaliativa, orientando o trabalho em sala comum e no Atendimento Educacional Especializado. Além disso, o *site* disponibiliza materiais, ferramentas e livros gratuitamente para aprofundar e fundamentar o trabalho do professor inclusivo. Frequentemente o Instituto Itard realiza *lives* em seu canal do Youtube²⁴ para trabalhar os temas da inclusão, como adaptação de atividades, AEE e

²² Materiais pedagógicos acessíveis. Disponível em: < <https://diversa.org.br/tag/materiais-pedagogicos-acessiveis/> Acesso em: 08 nov. 2020.

²³ Quem somos. Disponível em: <<https://institutoitard.com.br/quem-somos/>> Acesso em 06 de outubro de 2020.

²⁴ Canal do Instituto Itard no Youtube. Disponível em: <<https://www.youtube.com/c/InstitutoItard/featured>> Acesso em: 06 out. 2020.

flexibilização curricular diretamente em contato com professores de todo o Brasil. Segundo dados do youtube são mais de 51 mil inscritos.

Acreditamos na inclusão de pessoas com necessidades especiais na sociedade como um todo, principalmente nas turmas regulares da educação básica. Acreditamos que além de diversos outros fatores, é primordial a preparação dos professores para receberem essas pessoas (QUEM SOMOS – Instituto Itard).

Dentre as possibilidades do *site*, o professor tem acesso a curso gratuitos sobre autismo, transtornos globais do desenvolvimento, deficiência intelectual, comunicação alternativa ampliada, entre outros. Além disso, o professor tem acesso a livros com os temas relacionados à síndrome de down, deficiência visual, auditiva, tecnologias assistivas, em um total de 23 materiais.

Relacionado à necessidade dos professores de terem acesso a tecnologias assistivas e recursos que apoiem o aprendizado, temos o trabalho realizado pela pedagoga Mara Lúcia Sartoretto e fisioterapeuta Rita Bersch por meio de seu *site* Assistiva – Tecnologia e Educação²⁵. Nele os profissionais de diversas áreas têm acesso a recursos pedagógicos, softwares, materiais e textos que auxiliam os profissionais no trabalho com as deficiências por meio das Tecnologias Assistivas.



Figura 4 – Logo do *site* Assistiva – Tecnologia e Educação
Fonte: <https://www.assistiva.com.br/index.html> (2020).

A equipe Assistiva está localizada em Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, onde oferecem serviços de formação, assessoria e pesquisa a instituições públicas e privadas, além de atendimento educacional

²⁵ Site Assistiva – Tecnologia e Educação. Disponível em: <<https://www.assistiva.com.br/ei.html>> Acesso em: 20 set. 2020.

especializado e de tecnologia assistiva. Para facilitar a navegação, o *site* possui um texto síntese que apresenta os diferentes recursos de tecnologia assistivas para professores e gestores escolares com indicativos de *sites* para aquisição²⁶.



Figura 5 – Materiais e recursos acessíveis utilizados pela equipe Assistiva.
Fonte: <https://www.assistiva.com.br/index.html> (2020).

Estes exemplos mostram o quanto a educação inclusiva está crescendo nos quatro cantos do Brasil, e que o professor pode ter acesso à diferentes materiais, recursos e tecnologias para trabalhar de maneira inclusiva em sala de aula. Embora não esteja em nenhum momento isentando a responsabilidade dos sistemas de educação, que têm por responsabilidade legal garantir os recursos necessários para o atendimento inclusivo nas escolas e na formação de professores, reforçando que o dever da inclusão não está sob responsabilidade dos professores, mas de todos os respectivos envolvidos com a pauta da educação, permeando as pautas políticas e econômicas.

Todos esses esforços nos mostram que a educação inclusiva é o caminho e o desafio que a educação contemporânea deve assumir para a educação das novas gerações e para uma sociedade pautada no respeito às diferenças e este compromisso deve ser assumido por todos.

3.2 Reconhecendo os benefícios da Educação Inclusiva

Muito mais que um desafio, as escolas que assumem o compromisso da educação inclusiva têm demonstrado bons resultados e

²⁶ Tecnologia Assistiva – site Assistiva. Disponível em: <https://www.assistiva.com.br/tassistiva.html> Acesso em: 07 nov. 2020.

benefícios não apenas para o estudante deficiente e sua família, mas para a comunidade escolar como um todo. Pesquisas feitas no Brasil e no mundo vem comprovando resultados favoráveis à inclusão.

Com os resultados publicados por Olher e Guilhoto (2013) na Revista Deficiência Intelectual, as autoras apresentam o processo de transição da escola de educação especial em atendimento educacional especializado e do processo de inserção de seus 109 alunos na rede regular de ensino ou em espaços de educação não formal durante os dois anos seguintes.

Em um estudo iniciado em 2010 pelo Instituto Jô Clemente, antiga Apae (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais) de São Paulo, comparou a performance de 109 crianças e adolescentes atendidos pela instituição, sendo que 43 frequentam salas comuns e 66 em escolas especiais.

Analisamos a evolução dos alunos com Deficiência Intelectual de grau leve a moderado que frequentavam a Escola Especial da APAE DE SÃO PAULO em 2007 encaminhados à escola regular. Foram também comparados os resultados obtidos por alunos matriculados em classes comuns da escola regular com aqueles que se mantiveram em outras instituições especializadas (OLHER; GUILHOTO, 2013, p. 8).

Após os três anos de acompanhamento e relatórios realizados nas instituições foram observados que os alunos que frequentaram salas comuns apresentaram ganhos em habilidades relacionadas à autonomia e identidade, comunicação, linguagem e expressão, além de melhora nas relações interpessoais e aprendizagem. Nesse sentido, é importante ressaltar a importância do trabalho conjunto e em contra-turno realizado pelo Atendimento Educacional Especializado para alcançar de tais avanços.

Além dos ganhos sociais e educacionais dos alunos inclusos, a maioria das escolas que receberam esses alunos se preocuparam e começaram a buscar formações que atendessem essas necessidades.

Percebe-se na maioria das escolas visitadas, uma mudança em curso em termos de conhecimento, atitudes e organização, em decorrência da presença desses alunos nas mesmas. Os profissionais (diretores, coordenadores e professores) têm buscado conhecimento, por meio de formações e grupos de

estudos dentro das próprias escolas (Jornada Especial Integral de Formação), bom como por trocas de experiências entre os mesmos (...). (OLHER; GUILHOTO, 2013, p. 10).

Esta pesquisa tem grande relevância para o campo da educação inclusiva brasileira, uma vez que foi realizada em acompanhamento durante três anos consecutivos, o que possibilita enxergar os avanços a médio prazo, ficando uma ponta de esperança para que surjam trabalhos que acompanhem toda a trajetória escolar.

A nível mundial, as pesquisas a respeito dos efeitos da educação inclusiva também estão acontecendo, e em 2016 o Instituto Alana²⁷ (organização de origem brasileira que iniciou seu trabalho em 1994 na promoção e direito ao desenvolvimento integral da criança) e a ABT Associates²⁸ (instituição que realiza ações globais e projetos sociais de qualidade de vida em todos os continentes), sob a coordenação do Dr. Thomas Hehir, professor da Harvard Graduate School of Education, lançaram a pesquisa **“Os benefícios da educação inclusiva para estudantes com e sem deficiência”**.

Segundo esse trabalho, dentre os pontos levantados pelo estudo, um deles ressalta que embora muitas famílias ainda tenham a falsa ideia de que quando uma sala possui deficientes está terá um rendimento reduzido em comparação à sala de aprendizagem regular, fica evidenciado que os estudantes sem deficiência também são beneficiados pela inclusão pelos sistemas inclusivos, sendo constatado que os alunos sem deficiência além de não sofrerem prejuízos acadêmicos, ainda se beneficiam academicamente da inclusão, pois “(...) Várias revisões recentes demonstram que, na maioria dos casos, os impactos sobre alunos sem deficiência que são escolarizados em uma sala de aula inclusiva são neutros ou positivos” (HEHIR et al, 2016, p. 7).

Também foi reconhecido que salas inclusivas promovem um desenvolvimento sócioemocional mais saudável também para alunos sem deficiência, por estarem mais pautadas e próximas ao respeito às diferenças. Este ganho pode se tornar um importante motor de mudança nas concepções

²⁷ Instituto Alana. Disponível em: <<https://alana.org.br/>> Acesso em 08 out. 2020.

²⁸ Abt Associates. Disponível em: <<https://www.abtassociates.com/>> Acesso em 08 out. 2020.

das próximas gerações, gerando atitudes de aceitação e acolhimento social.

Estudar em ambientes que valorizam a diversidade, em que estão juntos estudantes com e sem deficiência, pode ter efeitos positivos nas atitudes e nas crenças sociais de alunos sem deficiência. Uma revisão da literatura descreve cinco benefícios da inclusão para alunos sem deficiência: redução do medo das diferenças humanas, acompanhada por um maior conforto e consciência (menos medo de pessoas com aparência ou comportamento diferentes); crescimento da cognição social (aumento da receptividade aos outros, comunicação mais eficaz com todos os colegas); melhorias no autoconceito (aumento da autoestima, do status percebido e da sensação de pertencimento); desenvolvimento de princípios morais e éticos pessoais (menos preconceito, maior capacidade de responder às necessidades dos outros); e amizades carinhosas (STAUB; PECK, 1995, in HEHIR et al, 2016, p.12).

Partindo para a análise dos efeitos da inclusão para as pessoas com deficiência, o documento ainda traz diferentes autores que comprovam que é possível alcançar maiores benefícios acadêmicos para pessoas com deficiência em modelos educacionais inclusivos quando a inclusão acontece efetivamente.

Dentre os benefícios acadêmicos reunidos pelas diferentes pesquisas no mundo todo listados pelo estudo podemos citar: os alunos incluídos eram melhores nas competências linguísticas e de linguagem, possuíam maior nível de desempenho em testes de matemática, eram menos propensos a receber medidas disciplinares, sendo mais propensos a pertencer a grupos escolares e a se formar no tempo regulamentado, estavam mais propensos a realizar cursos profissionalizantes e conseqüentemente estavam mais presentes no mercado de trabalho em comparação a alunos que frequentaram espaços segregados (HEHIR et al, 2016, p. 14-16).

Ainda baseada nesse estudo, os benefícios sócioemocionais que os alunos com deficiência adquirem em contexto de inclusão são significativos na convivência pessoal, na construção do sujeito, e repercutem no meio escolar e na vida adulta. Dentre os benefícios sócioemocionais

listados podemos ressaltar que estudantes com deficiência incluídos demonstram mais independência e autossuficiência, se sentindo capazes de fazerem coisas por conta própria e desenvolvem e mantêm relacionamentos mais positivos com seus colegas.

Em um estudo sobre alunos com dificuldades de aprendizagem no Canadá, pesquisadores concluíram que os estudantes que foram escolarizados principalmente em um ambiente tradicional (em uma sala de aula inclusiva com ou sem apoio adicional) foram mais aceitos por seus pares, tiveram melhores relações sociais, eram menos solitários e exibiram menos problemas comportamentais do que crianças com características semelhantes que foram escolarizadas em salas de recursos ou ambientes de salas de aula isoladas para educação especial (WIENER; TARDIF, 2004, in HEHIR et al, 2016, p.19).

Por fim, esse estudo ainda revela que existem muitos desafios a inclusão escolar, exigindo que professores e diretores repensem a abordagens tradicionais de suas escolas. O estudo reforça a importância da formação de professores, pois mesmo que a visão sobre a inclusão seja favorável, ainda existem questionamentos por parte dos profissionais sobre suas próprias capacidades para um ensino inclusivo (HEHIR et al, 2016).

Somente com estudo e dedicação, atrelada a uma visão mais humana da educação é que as experiências em educação inclusiva poderão crescer no Brasil. Dessa forma, acredita-se que mesmo que o caminho da educação inclusiva seja desafiador, como tudo o que já foi mencionado durante este trabalho, é uma conquista importante para a consolidação de uma educação para todos, pois é uma visão de educação que acolhe a todos.

O que este trabalho venha se posicionar neste momento onde a inclusão vem sendo atacada e que anos de luta estejam sendo ameaçadas com décadas de retrocesso. Que estas ameaças sejam derrubadas pela voz da sociedade organizada, e que a inclusão, no sentido mais amplo, e a educação inclusiva, sejam vistos como o próximo passo na história da educação, sendo assumida como compromisso e responsabilidade por todos, Estado, escola e sociedade, a fim da construção de um futuro mais justo e igualitário.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da educação é repleta de momentos nos quais apresenta sua consonância com os interesses da sociedade que ocupa. Quando a sociedade teve o interesse em separar os diferentes, os mesmos foram separados, em sentido médico-assistencialista. Quando a sociedade teve o interesse ainda em separá-los mas educá-los para serem úteis, estes foram segregados em instituições filantrópicas e terapêuticas. Porém quando as vozes dos diferentes começaram a ser ouvidas, elas ecoaram e novas formas de pensar surgiram na sociedade. A inclusão é o resultado e consequência das vozes dos diferentes sendo ouvidas e respeitadas, permitindo que todos tenham acesso aos mesmos direitos, independente de sua condição.

Sendo marcada pelo viés da luta, a cada conquista legal mais uma luta surgiu, a da efetivação social. Porque a lei estar simplesmente no papel não era garantia de que o direito estaria assegurado. Para alcançar tal objetivo seria necessário que houvesse um reflexo social: para a acessibilidade as estruturas públicas e privadas deveriam se adaptar e construir meios acessíveis; para que direitos como as cotas em concursos públicos, vestibulares e no mercado de trabalho acontecessem, estas precisavam ser fiscalizadas e punidas quando não praticadas; para que possa exercer direitos civis como o voto, as sessões precisam de adaptações para as necessidades do eleitor.

E para a educação? Como ela deve ser para que todos aprendam e participem independente de sua condição, até aonde os limites físicos e intelectuais realmente são barreiras para a aprendizagem ou até quando serão utilizados como desculpas para a não aprendizagem? A inclusão escolar é um fato irreversível ao ponto em que estamos. Muitas pesquisas vem se debruçando sobre os impactos da inclusão na gestão escolar, na formação de professores, na prática escolar, no Projeto Político Pedagógico, pela visão da comunidade, das famílias, dos alunos, e em todas elas são vistas boas experiências, muito desafiadoras, porém que causaram mudanças profundas no fazer educacional.

Este trabalho reflexivo me fez sintetizar tudo o que compreendi

durante esses últimos dois anos de estudos, que foram para além da pós-graduação, pois foram meses de aproximação com o tema da inclusão por meio de palestras, cursos e socializações de experiências que me fizeram acreditar cada vez mais que a educação inclusiva nas escolas é possível.

Essa conclusão não é utópica e nem radical, uma vez que reconheço que os profissionais dos quais a inclusão escolar necessita não estão todos na escola. Por isso a decisão pela inclusão escolar deve acontecer por uma equipe multiprofissional, pautada na formação continuada como base da prática educacional inclusiva atrelada ao acompanhamento especializado.

A inclusão deve ser tema a partir do momento em que a pessoa decide por uma licenciatura, ou seja, desde a formação inicial, e deve segui-lo durante toda sua vida profissional. Às escolas e gestores cabem ter disponíveis os recursos humanos, pedagógicos e financeiro para que o projeto inclusivo seja efetivo, considerando a necessidade indispensável da ação dos órgãos públicos competentes. A inclusão não pode ser defendida sem o mínimo necessário para que aconteça.

Novamente repito que a inclusão escolar é um fato, e que nós enquanto profissionais da educação devemos ter acesso e conhecimento do que for necessário para garantir a educação para todos, pois esse trabalho além de reflexivo trás registros de que é possível dar início à caminhada rumo a uma inclusão efetiva e comprometida com uma educação de qualidade.

REFERÊNCIAS

BERSCH, Rita. **RECURSOS PEDAGÓGICOS ACESSÍVEIS**: Tecnologia Assistiva (TA) e Processo de Avaliação nas escolas. Disponível em: <https://www.assistiva.com.br/Recursos_Ped_Acessiveis_Avaliacao_ABR2013.pdf> Acesso em: 20 set. 2020.

BRASIL. A Escola Comum Inclusiva. **Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar**. Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7103-fasciculo-1-pdf&Itemid=30192> Acesso em: 23 set. 2020.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em 20 ago. 2020.

_____. **Decreto nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm> Acesso em: 25 ago. 2020.

_____. **Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011**. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7611.htm> Acesso em: 25 ago 2020.

_____. **Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020**. Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/D10502.htm#:~:text=1%C2%BA%20Fica%20institui%C3%A4Dda%20a%20Pol%C3%ADtica,educa%C3%A7%C3%A3o%20e%20ao%20atendimento%20educacional> Acesso em 22 nov. 2020.

_____. **Decreto nº 7.612, de 17 de novembro de 2011**. Institui o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Plano Viver sem Limite. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7612.htm> Acesso em 25 ago. 2020.

_____. **Lei nº 4024, de 20 de dezembro de 1961**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L4024.htm> Aceso em: 20 ago. 2020.

_____. **Lei nº 5692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L5692.htm> Acesso em: 20 ago. 2020.

_____. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm> Acesso em: 20 ago. 2020.

_____. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.** Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm> Acesso em: 07 nov. 2020.

_____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm> Acesso em: 20 ago. 2020.

_____. **Lei nº 10.098, de 23 de março de 1994.** Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei10098.pdf>> Acesso em: 25 ago. 2020.

_____. **Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm> Acesso em: 25 ago. 2020.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm> Acesso em: 25 ago. 2020.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília: Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, 2008. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf>> Acesso em: 20 ago. 2020.

_____. **Resolução CNE/CEB Nº 2, de 11 de setembro de 2001.** Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>> Acesso em: 25 ago. 2020.

_____. **Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002.** Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf> Acesso em 02 out. 2020.

FREITAS. Luiz Carlos de. Os reformadores empresariais da educação: da

desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Revista Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr-jun. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n119/a04v33n119.pdf>> Acesso em: 27 fev. 2016.

HEHIR, Thomas; et al. **Os Benefícios da EDUCAÇÃO INCLUSIVA para Estudantes com e sem Deficiência**. São Paulo: 2016. Disponível em: <https://alana.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Os_Beneficios_da_Ed_Inclusiva_final.pdf> Acesso em: 10 nov. 2020.

NÓVOA. **Para uma formação de professores construída dentro da profissão**. Lisboa: 2009. Disponível em: <http://www.revistaeducacion.educacion.es/re350/re350_09por.pdf> Acesso em: 01 out. 2020.

MARINHO, Carla Cristina. Futuros professores e suas atitudes sociais em relação à inclusão. In: SOUZA, Maewa Martina Gomes da Silva e; CONCEIÇÃO, Aline de Novaes; PEREIRA, Adriana Alonso (Orgs.). **Atitudes Sociais em relação à Inclusão: da Educação Infantil ao Ensino Superior**. Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020, p. 73-87. Disponível em: <<https://www.editorafi.org/23atitudes>> Acesso em: 30 set. 2020.

OLHER, Roseli; GUILHOTO, Laura M. F. F. Educação inclusiva e a transição da escola especial. **Revista Deficiência Intelectual**. São Paulo, ano 3, número 3-4, p. 6-11, jan./dez. 2013. Disponível em: <<https://pt.calameo.com/read/0013472522984b2825fa5>> Acesso em: 09 nov. 2020.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Guatemala: 1999. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/guatemala.pdf>> Acesso em: 23 ago. 2020.

_____. **Declaração de Salamanca sobre princípios, políticas e práticas em Educação Especial**. Espanha: 1994. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>> Acesso em: 23 ago. 2020.

_____. **Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes**. Nova Iorque: 1975. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_def.pdf> Acesso em: 23 ago. 2020.

_____. **Declaração Internacional de Montreal sobre Inclusão**. Canadá: 2001. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec_inclu.pdf> Acesso em: 23 ago. 2020.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos.** Conferência de Jomtien. Tailândia: 1990. Disponível em: <<https://www.unicef.org/brazil/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-conferencia-de-jomtien-1990>> Acesso em: 23 ago. 2020.

_____. **Relatório Mundial sobre a Deficiência.** Organização Mundial da Saúde (OMS). Nova Iorque: 2011. Disponível em: <https://apps.who.int/iris/bitstream/handle/10665/44575/9788564047020_por.pdf;jsessionid=49DF261CDF0818A9E3032C76D24E54AC?sequence=4> Acesso em: 17 de set. de 2020.

PARANÁ. **Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos.** Curitiba: Secretaria de Estado da Educação, 2006. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_eja.pdf> Acesso em: 20 ago. 2020.

PEREIRA, Marta; SANCHES, Isabel. Aprender com a diversidade: as metodologias de aprendizagem cooperativa na sala de aula. **Nuances: estudos sobre Educação**, Presidente Prudente-SP, v. 24, n. 3, p. 118-139, set./dez. 2013. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/2702/2365>> Acesso em: 17 set. 2020.

RODRIGUES, Olga Maria Rolim Piazzentim Rolim; CAPELLINI, Vera Lucia Messias Fialho; MENINO-MENCIA, Gislaine Ferreira. Formação continuada de professores em educação especial e inclusiva: atitudes sociais diante da deficiência de desistentes e cursantes. In: SOUZA, Maewa Martina Gomes da Silva e; CONCEIÇÃO, Aline de Novaes; PEREIRA, Adriana Alonso (Orgs.). **Atitudes Sociais em relação à Inclusão: da Educação Infantil ao Ensino Superior.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2020, p. 158-177. Disponível em: <<https://www.editorafi.org/23atitudes>> Acesso em: 30 set. 2020.

SILVA, Lázara Cristina da. Formação de professores: desafios à educação inclusiva. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, v.10, n. esp. p. 691-701, ago. 2015. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/7920/5427>> Acesso em: 01 out. 2020.

ANEXOS**Anexo I – Relato de Experiência da Professora Viviane.**

Orientações enviadas à professora para a construção do relato de experiência: Para o relato peço detalhes que envolvam o processo de construção pessoal do professor do início da profissão, passando pelos receios iniciais, considerando os alunos com deficiência e transtornos de aprendizagem que passaram pela sua carreira profissional, quais os desafios em sala que permearam a inclusão, quais as formas encontradas para superar esse desafios, qual a sua visão pessoal de inclusão e quais as características que não podem faltar para um professor inclusivo.

“Iniciei minha carreira como docente em uma escola de educação infantil da rede municipal, a equipe gestora me atribuiu a sala de aula e apresentou o quantitativo de alunos incluindo uma criança com paralisia cerebral, com mobilidade reduzida dos membros inferiores e superiores bilaterais (pernas e braços), com ausências de controle de pescoço, dificuldades para a articulação da fala (pouco compreensível) porém sem comprometimento intelectual. Iniciei o ano letivo com a aluna sem cadeira de rodas e sem profissional de apoio. Confesso que haviam falhas no que se refere a infraestrutura e nas parcerias de redes (educação, instituições, saúde etc.) mas enquanto professora cabia a mim o papel de ensinar. Busquei saber junto a instituição o que era necessário para garantir a integridade física da aluna, mas me dediquei a pesquisa, não de muitas teorias, mas a pesquisa de como apropriar as propostas, de como oportunizar à aluna a participação nas atividades com os colegas sem segregar. Pois as propostas inclusivas não podem desfavorecer nenhuma das partes e pude vivenciar que isso é possível. No meu primeiro ano de magistério pude perceber e aquilo que me chamou tanta atenção na faculdade, apesar das fragilidades enquanto políticas públicas encontradas. Sou grata a equipe gestora que confiou a mim, iniciante, aquela turma, onde consegui verificar o quanto a inclusão favorece aprendizados a todos os alunos que estão ocultos no currículo sendo eles de ordem procedimentais, comportamentais e atitudinais e que na realidade a inclusão entre as crianças acontece de forma natural. No mesmo ano percebi a necessidade de buscar conhecimentos, iniciei a pós-graduação em educação especial com ênfase na educação inclusiva. Após três anos, em outra rede de ensino, iniciei como professora do atendimento educacional especializado onde pude acompanhar e orientar e contribuir para a inclusão na rede regular de crianças com diferentes deficiências. Destaco que cada aluno com ou sem deficiência é único, não há uma fórmula, uma receita. O laudo norteia o olhar porém cada aluno em sua particularidade é que mostra ao professor formas de aprender e ensinar, o laudo não pode servir para rotular ou ser usado como justificativa, nesse quesito **todo aluno tem algo a aprender**. Gosto e uso muito a frase “ Respeitar as especificidades validando

as potencialidades”. Quando partimos da potencialidade de cada aluno, por mais que não seja o que está previsto para o ano/série, ou pelo que temos de concepção de aprendizagem, garantimos o aprendizado de todos. O ofício do professor é ensinar e esse ensinar acontece quando o mesmo leva o professor a aprender, aprender novas formas. Assim a inclusão acontece, não só a inclusão das crianças com deficiência e/ou transtorno de aprendizagem”.